



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

## **Programa de Unidade Curricular**

**- Ano Lectivo 2007/2008 -**

### **Faculdade**

Direito

### **Licenciatura**

Solicitadoria

### **Unidade Curricular**

Direito da União Europeia

**Ano: 2.º**

**Tipo: 2.º Semestre**

**Nº ECTS: 6**

### **Regente**

Prof. Doutor Joaquim Marques de Ascensão

### **Assistente**

Mestre José Lucas Cardoso

### **Carga Horária Lectiva Semanal**

Aulas Teóricas: 3

Aulas Teórico-práticas: 2

Orientação Tutorial:

### **Língua de Ensino**

Português

### **Objectivos Gerais**

Num ambiente multidisciplinar do curso, o objectivo geral é a compreensão do fenómeno da Comunidade Europeia e da União Europeia e a sua ordem jurídica.

### **Objectivos Específicos**

O enquadramento histórico-geográfico e a identificação dos objectivos da Comunidade e da União Europeia criam o ambiente propício à compreensão das fontes do Direito Comunitário e da União, da estrutura orgânica e funcionamento das Instituições, do âmbito material das atribuições comunitárias, e finalmente, à relação entre normas comunitárias e normas nacionais.



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

### **Competências a adquirir**

No final do curso o aluno deverá conhecer as matérias definidas nos objectivos podendo, com orientação, desenvolver pontos específicos do programa.

### **Metodologia de Ensino**

O sistema clássico de oralidade, e interacção professor/aluno para cumprimento dos objectivos. Aplicação do método discursivo e analítico.

### **Programa da Unidade Curricular / Conteúdo programático**

Direito Comunitário I

A Integração Europeia e o Direito Comunitário.

1. Enquadramento histórico-geográfico da integração europeia:
  - 1.1. A perspectiva da cooperação e sua evolução.
  - 1.2. A perspectiva da integração.
    - 1.2.1. A criação das Comunidades Europeias.
    - 1.2.2. O Aprofundamento e o Alargamento.
2. Noção de direito comunitário: direito europeu e direito comunitário.

I Parte

Direito Comunitário e ordem Jurídica Comunitária

Capítulo I – As fontes do Direito Comunitário

Secção 1 – O Direito Originário

1. Os Tratados:
  - 1.1. Tratados Institutivos.
  - 1.2. Tratados de Revisão e de Adesão.
2. A especificidade dos tratados comunitários:
  - 2.1. Distinção dos Tratados Institutivos de Organizações Internacionais clássicas; diferenciação das Constituições dos Estados Federados.
  - 2.2. A revisão dos tratados. Limites formais e limites materiais.

Secção 2 – O Direito Derivado

1. Enquadramento geral no âmbito das Comunidades.
2. Actos típicos e actos atípicos

Secção 3- O Direito Convencional

1. A personalidade e a capacidade jurídica das Comunidades.



## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

2. Os acordos internacionais:

### Secção 4 – A Jurisprudência

1. A jurisprudência comunitária e sua importância na construção da ordem jurídica comunitária.

2. As competências:

### Secção 5 – Os princípios gerais de Direito

### Secção 6 – Outras fontes de Direito Comunitário

1. A doutrina
2. O costume

## Capítulo II – A Ordem Jurídica Comunitária

### Secção I – As relações entre o Direito Comunitário e o Direito Interno dos Estados membros

1. A autonomia do Direito Comunitário
2. A incorporação do Direito Comunitário na ordem jurídica dos Estados membros.
  - A Aplicabilidade Directa
  - O Efeito Directo
  - O Primado do Direito Comunitário sobre as ordens jurídicas nacionais.

### Secção II – A Natureza Jurídica das Comunidades Europeias e da União Europeia.

As Teses em confronto: A Tese Federal, a Tese Supranacional, a Tese Internacional e a Tese Estadual. Posição adoptada.

## II Parte

Os principais ramos de Direito Comunitário

### Capítulo I – Direito Institucional

A estrutura orgânica das Comunidades Europeias e da União Europeia.

### Secção I – Os Órgãos das Comunidades Europeias

### Secção II – As estruturas da União Europeia

## Capítulo II – Direito material e políticas comunitárias

### Secção I – O Regime Jurídico do mercado interno. As quatro liberdades.



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

1. O direito de estabelecimento como corolário. Sua problemática atento o direito das Sociedades.

Secção II – O Direito da Concorrência

1. Regras gerais e seu fundamento.
2. Regras aplicáveis aos acordos entre empresas
3. Regras aplicáveis aos auxílios de Estado

Secção III - Políticas Comunitárias e fundos estruturais. Enquadramento geral e relevância jurídica.

### **Bibliografia Principal**

#### **Autor(es)**

CAMPOS, João Motta de

#### **Título**

Manual de Direito Comunitário

#### **Edição**

5ª Edição

#### **Local**

Coimbra

#### **Editora**

Almedina

#### **Ano**

2007

#### **Autor(es)**

RAMOS, Rui Moura

#### **Título**

Tratado da União Europeia e da Comunidade Europeia

#### **Edição**

3ª Edição

#### **Local**

Coimbra





UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

**Editora**

Almedina

**Ano**

2006

**Bibliografia Complementar**

**Autor(es)**

ASCENSÃO, Joaquim Marques de

**Título**

Colectânea de Textos

**Edição**

**Local**

Lisboa

**Editora**

Mediateca Universidade Lusíada

**Ano**

2007

**Autor(es)**

GAVALDA, Christian e Gilbert PARLEANI

**Título**

Traité de Droit Communautaire des Affaires

**Edição**

12<sup>a</sup>

**Local**

Paris

**Editora**

Éditions Litec

**Ano**

1992



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

**Metodologia de Avaliação Contínua / Elementos relevantes**

A constante do Regulamento e sua interpretação oficial

**Recursos Didáticos**

Sala adequada e biblioteca

**Palavras-chave**

Europa, Comunidade, Estrutura, Áreas.

12/11/2011